

5

O Conceito *Tempo*

Entender e conceituar o tempo sempre foi um desafio para o homem. Isaac Newton (1643 – 1727) criou o conceito de tempo absoluto, verdadeiro, matemático que flui constante e uniformemente. Kant (1724-1804), na posição oposta, supunha o tempo como um dado subjetivo, pertencente à natureza humana, sem que o homem pudesse controlá-lo ou modificá-lo. No século XX, Albert Einstein (1879 –1955) elabora a teoria da relatividade, em que o tempo é relativo porque pode ser “sentido” de maneira diferente por cada um de nós. Para o sociólogo e filósofo Norbert Elias (1897-1990) o tempo não existe em si. Ele é antes de tudo um símbolo social e não pode ser encarado como um dado objetivo, como queria Newton, ou um conceito inato ao ser humano, como defendia Kant.

Na verdade, a experiência do tempo como um fluxo uniforme e contínuo só se tornou possível através do desenvolvimento social de medição do tempo, pelo estabelecimento progressivo de uma grade relativamente bem integrada de reguladores temporais, como os relógios de movimento contínuo, a sucessão contínua dos calendários anuais e as eras que encadeiam os séculos (...). Quando faltam instrumentos, essa experiência do tempo também fica ausente. (Elias, 1984:36)

Elias acredita que o conceito de tempo é adquirido pelo grupo social a partir de longo processo de aprendizagem, passado de geração para geração. Uma suposta sociedade, que desconhecesse, *a priori*, a noção de tempo, dificilmente seria capaz de produzir conceitos como seqüência, regularidade, continuidade, sem ter adquirido tais conceitos através de uma longa e desenvolvida tradição do saber.

Para nosso estudo, Elias traz importantes contribuições ao mostrar que não há um só conceito de presente, passado e futuro. Mais uma vez, é a experiência social de um grupo que cria no indivíduo, pertencente a esse grupo, a noção de presente, passado e futuro. Ele traz como exemplo o significado das expressões “mais cedo” e “mais tarde” em comparação com os conceitos de presente, passado e futuro. A classificação dos acontecimentos como *anteriores* ou *posteriores* não necessita de qualquer grupo específico de referência. O que se

produziu “mais cedo” será sempre anterior ao que se produziu “mais tarde”.

Quanto aos conceitos temporais, Elias escreve:

As expressões “passado”, “presente” e “futuro”, apesar de também designarem o caráter anterior ou posterior dos acontecimentos, são simbolizações conceituais relativas a relações não causais. Aqui, uma certa maneira de viver as seqüências de acontecimentos é incluída na síntese conceitual. (...) O que constitui o passado funde-se sem ruptura com o presente, assim como este se funde com o futuro. Podemos ver isso com clareza quando o futuro, transformado em presente, transforma-se, por sua vez, em passado. É somente na experiência humana que se encontram essas grandes linhas demarcatórias entre “hoje”, “ontem” e “amanhã”. (Elias, 1984:66)

O autor conclui que os conceitos temporais fazem parte, então, da dimensão *experencial* do real.

Podemos encontrar pontos em comum no trabalho de Elias com os estudos lingüísticos de Benveniste. O autor francês atribui à enunciação a responsabilidade da instauração do tempo assim como Elias atribui à experiência humana a formação dos conceitos temporais:

Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na verdade, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. (...) O homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. (Benveniste, 2006:84)

Benveniste está se referindo ao *tempo lingüístico*, que difere do *tempo crônico* e do *tempo físico*. Este último é o tempo do mundo, contínuo, uniforme e linear. O *tempo crônico* é o tempo vivido, o tempo dos acontecimentos, organizado socialmente através de calendários. E o *tempo lingüístico* é o tempo instaurado, pelo locutor, no momento da enunciação, aceito e compartilhado pelo seu interlocutor. O autor reforça o fato de esse *tempo lingüístico* poder ser independente do *tempo crônico*, organizado dentro do discurso e identificado senão pelos participantes da comunicação lingüística:

Ele [o tempo lingüístico] comporta suas próprias divisões em sua própria ordem, esta e aquelas independentes do tempo crônico. Aquele que diz “agora, hoje, neste momento” localiza um acontecimento como simultâneo ao seu discurso; seu

“hoje” pronunciado é necessário e suficiente para que o parceiro o ligue na mesma representação. (Benveniste, 2006:78)

Baseado em Benveniste, Fiorin (2003:166) trabalha com a distinção entre tempo verbal, tempo cronológico e tempo semântico. Segundo o autor, o falante, ao pronunciar-se, instaura um agora, o momento da enunciação. Esse momento da enunciação, por sua vez, se encaixa em qualquer segmento do tempo cronológico (por exemplo pode-se dizer: *Estamos há cem milhões de anos. Os dinossauros passeiam pela Terra*), o tempo lingüístico é que define as marcações cronológicas referidas no texto (em 1822, na semana passada, no ano que vem, etc.). Fiorin assim resume a questão:

O tempo do discurso é sempre uma criação da linguagem, com a qual se pode transformar o futuro em presente, o presente em passado e assim por diante. (2003, 166)

O autor cria, então, três momentos significativos para a determinação do tempo lingüístico:

ME – momento da enunciação

MR – momento da referência (presente, passado, futuro)

MA – momento do acontecimento (concomitante, anterior e posterior a cada um dos momentos de referência)

Fiorin destaca três casos de relações entre o momento de referência e o momento da enunciação, em situações de uso do presente do indicativo:

(1) Presente pontual: quando existe coincidência entre MR e ME.

Ex: A lua brilha no céu.

(2) Presente durativo: quando MR é mais longo que ME.

Ex.: Neste ano, dou aulas na universidade às quartas.

(3) Presente omnitemporal ou gnômico: quando MR e MA são ilimitados.

“O momento da referência é um sempre implícito” Ex.: Dois mais dois é igual a quatro. (Fiorin, 2003:169).

Perini (1999:25), em *Para uma nova Gramática do Português*, discute a “complexidade da relação forma-significado” no tempo presente e a própria definição de “tempo” através dos exemplos:

(a) *gato come rato*

(b) *pode deixar que eu frito os bolinhos*

(c) *nesse momento, D. Pedro tira a espada e grita: “Independência ou Morte!”*

Segundo o autor, no exemplo (a) a palavra *come* exprime um afirmação geral, intemporal (não representada no tempo). Já no exemplo (b), o mesmo tempo verbal se “interpreta como tempo (referencial) futuro” e em (c) o presente do indicativo “denota um passado referencial” (1999:25).

Para Weinrich (1968) não se deve querer explicar os tempos [lingüísticos] a partir do conceito de Tempo (uma categoria não lingüística). Apesar de ser este um conceito já bastante arraigado nas gramáticas de várias línguas, o autor considera que essa relação entre os tempos e o Tempo não é direta e nem mesmo a tríplice divisão do tempo em *passado*, *presente* e *futuro* se ajusta à realidade lingüística. Para basear suas idéias, Weinrich (1968:24) faz um breve apanhado sobre os trabalhos de filósofos que já se debruçaram sobre o assunto. Vale reproduzir a citação de Heidegger (*apud* Weinrich, 1968:24) que parece resumir o problema:

Com a ajuda do conceito vulgar e tradicional de Tempo, do qual por necessidade o lingüista se vê obrigado a lançar mão, nem sequer pode-se refletir sobre o problema da estrutura existencial-temporal dos aspectos da ação.

Em relação ao conceito de presente, Weinrich (1968:32) faz coro com aqueles que o consideram um tempo sem Tempo. Sobre o passado, o autor tem a mesma opinião e quanto ao futuro, Weinrich considera-o “mais como um modo do que como uma forma verbal”. E acrescenta:

(...) deduzimos também que, possivelmente, os tempos têm a ver com aquela capa ou zona mais elementar e, portanto, mais fundamental da linguagem, ou seja, com a comunicação. (1968:32)

Tendo como base a situação comunicativa, o autor propõe a divisão dos tempos verbais em dois grandes grupos: o dos tempos do mundo narrado e o dos tempos do mundo comentado. Fundamentalmente, o presente do indicativo encontra-se no grupo do mundo comentado e Weinrich (1968:71) explica por que:

O capítulo dedicado ao presente aparece em todas as gramáticas de forma semelhante (...). Primeiramente se diz que o presente designa o tempo presente; depois, que designa um hábito; em seguida, que designa ações atemporais; por último, para concluir, que pode designar coisas passadas ou futuras. Há melhor demonstração de que o tempo presente não tem nada que ver com o Tempo? O presente é um tempo, é o tempo principal do mundo comentado, e designa uma determinada atitude comunicativa.

Segundo o autor, os tempos zero do mundo comentado e do mundo narrado são os tempos que mais usamos para falar. Isso sugere que nosso discurso “mostra, geralmente, absoluta falta de interesse por uma orientação baseada em perspectivas. O falante e o ouvinte se contentam com a informação sobre a atitude comunicativa” (Weinrich,1968:99).

Para Weinrich, e concordamos com ele, os tempos lingüísticos não negam o fenômeno extralingüístico do Tempo, mas também não devem ser unicamente explicados a partir dele.